

# REALECONOMIE E REALPOLITIK NOS RECURSOS NATURAIS EM ANGOLA

Manuel Ennes Ferreira

A visão dicotómica tradicional de um mundo dividido entre países industrializados, exportadores de produtos manufacturados, e países em desenvolvimento, exportadores de matérias-primas, há muito que deixou de fazer sentido. Contudo, dentro destes últimos, muitos ainda hoje o fazem, com a diferença de terem enveredado com sucesso por uma «estratégia de substituição de exportações»<sup>1</sup>, alterando qualitativamente o seu padrão exportador. Em África, as Maurícias e, mais recentemente, as tentativas ensaiadas pelo Botswana, demonstram a viabilidade desta estratégia, pondo à prova a «maldição dos recursos naturais ou das matérias-primas» que se abate sobre inúmeros países. Estes exemplos evidenciam que um país com recursos naturais pode dispor de um trunfo adicional no seu processo de desenvolvimento desde que a lógica *rent-seeking* não vigore. Dependendo do recurso natural, uma importância estritamente económica mas também político-diplomática pode conferir-lhe uma importância internacional acrescida. Potenciar as duas vertentes será do engenho de cada governo. Neste sentido, o objectivo deste artigo é analisar o modo como Angola, desde há muito uma economia assente num estratégico recurso natural – o petróleo –, mas rico em muitos outros, os tem usado junto das empresas multinacionais, dos estados e das principais instituições internacionais, para obter ganhos económicos e político-diplomáticos ao longo dos seus trinta anos de independência. Isto é, que contornos assumiu a *realpolitik* e a *realeconomie* dos recursos naturais junto de actores externos. O argumento principal centrar-se-á na ideia de que a política externa angolana, nas suas dimensões económica e político-diplomática, foi e tem sido relativamente bem sucedida, apresentando mais êxitos do que reveses. Para isso, o Governo angolano tem sabido aliar, junto da comunidade internacional, o peso estratégico do seu principal recurso natural, o petróleo, e também os diamantes e outros cuja potencialidade se sabe existir, com a importância da sua posição regional. No entanto, faltou redondamente no estabelecimento de uma ligação entre essa política externa em torno dos recursos naturais e o seu aproveitamento em prol do desenvolvimento do país<sup>2</sup>. Embora não seja objectivo deste artigo abordar esta última vertente, não se pode deixar de referir que, depois do descala-

bro económico e social do período «socialista» (1975-1991)<sup>3</sup>, o cimentar de uma opção não-desenvolvimentista baseada na apropriação por parte de uma elite dirigente (política, militar e económica) da renda proporcionada pelos recursos naturais (uma opção com raízes no período anterior)<sup>4</sup>, não tem conseguido poupar Angola à «maldição dos recursos naturais». O que consubstancia uma das mais divulgadas interpretações para o arrastamento da guerra civil angolana após 1992, ou seja, o modelo baseado no comportamento *greed* de ambas as partes do conflito<sup>5</sup>.

Dividimos a nossa análise em dois períodos: de 1975 a 1991 e de 1992 até à actualidade. A lógica desta divisão tem a ver com as diferenças e implicações existentes no sistema político e económico naqueles dois momentos e na diferença do contexto internacional e regional que os acompanhou. Far-se-á uma contextualização em cada um dos períodos sobre o modo como foi sendo encarado o papel dos recursos naturais no desenvolvimento do país e o papel das empresas estrangeiras, para depois se abordar a *realeconomie* e a *realpolitik* do Governo angolano baseada nos recursos naturais.

## **O PRAGMATISMO REALISTA DO PERÍODO SOCIALISTA (1975-1991)**

### O REALISMO DAS NACIONALIZAÇÕES E CONFISCOS

Imediatamente após a proclamação da independência de Angola, o país foi moldado com a intenção de se construir uma sociedade socialista, impondo-se um regime baseado no partido único, o MPLA, rapidamente transvertido em marxista-leninista, e uma economia planificada e regulada administrativamente pelo Estado.

Neste sentido, a política de nacionalizações, confiscos e intervenções estatais cedo entrou em cena<sup>6</sup>. Na quase totalidade dos casos, as empresas que foram objecto dessas medidas viram o capital português confiscado ou nacionalizado enquanto o capital não-português permaneceu incólume<sup>7</sup>. Esta situação é tanto mais interessante quanto, na primeira fase daquela política, ela abarca diferentes sectores da actividade económica incluindo a das matérias-primas, agrícolas (café, algodão, sisal, etc.) ou minerais, particularmente o sector diamantífero<sup>8</sup> e petrolífero<sup>9</sup>. O sector dos diamantes contava, em termos de produção, com a histórica Diamang, criada em 1917 (77 por cento do capital em mãos de portugueses, cerca de 18 por cento belga, dois por cento inglês, três por cento americano) e, a partir de 1971, com a Condiama (Consórcio Mineiro de Angola), fundada pela De Beers sul-africana, pela Diamang e pelo Governo português. No sector dos petróleos destacava-se a empresa norte-americana Cabinda Gulf Oil Company (CABGOC) a actuar em Cabinda, a Petrangol (da empresa belga Petrofina e do Estado português) na bacia do Kwanza e a Petrangol, a Angol (portuguesa), a Texaco (norte-americana) e a Total (francesa) na bacia do rio Zaire<sup>10</sup>, para além de pequenas concessões à Mobil Oil (EUA) e à Shell (Grã-Bretanha e Holanda).

Se até 1977 o objectivo central foi constituir e alargar o sector socialista da economia, a partir de 1978 um novo enfoque centrou a sua atenção no reforço do controlo estatal sobre a actividade das companhias estrangeiras, particularmente nos recursos naturais,

através de nacionalizações ou delimitando as suas actividades, nomeadamente com a publicação, em 1978, da Lei das Actividades Petrolíferas e, em 1979, das Leis do Investimento Estrangeiro e das Minas<sup>11</sup>.

#### O CONTROLO DOS RECURSOS NATURAIS

A propriedade estatal, em contraposição à propriedade privada, deveria ser a pedra de toque da opção socialista, sublinha-se desde cedo num documento do Comité Central do MPLA, num quadro em que «a Reconstrução Nacional [...] significa acima de tudo uma opção socialista, definida conseqüentemente em termos anti-coloniais, anti-imperialistas e fundamentalmente anti-capitalistas»<sup>12</sup>, pelo que a transformação exigia «romper os velhos laços de dependência em relação ao país colonizador e aos grandes centros imperialistas...»<sup>13</sup>. Mas anti-imperialismo de um lado, com o norte-americano à cabeça, e uma opção «sobretudo anticapitalista» por outro, redundam rapidamente na primeira manifestação de realismo pragmático do Governo angolano: não só o capital das empresas multinacionais do petróleo não é beliscado, com a americana Gulf Oil à frente, como rapidamente se percebe que a economia<sup>14</sup> e a sobrevivência do sistema não é possível a menos que os meios financeiros indispensáveis fluam da produção do petróleo e de outros recursos naturais<sup>15</sup>. Visto do ângulo oposto, também aquelas empresas não se mostraram demasiado preocupadas. Quando a Gulf Oil se preparava, em Dezembro de 1975 e em Janeiro de 1976, para depositar junto do Banco de Angola os 200 milhões de dólares restantes de royalties de um contrato de 500 milhões de dólares negociado com o Governo português, o Departamento de Estado e a CIA persuadiram a Gulf Oil a suspender as suas operações em Angola. Mas assim que o Governo angolano pediu à Gulf Oil para recomeçar as suas operações em Maio de 1976, a empresa norte-americana conseguiu negociar um compromisso com o Departamento de Estado norte-americano, efectuando o depósito devido<sup>16</sup>.

Com o passar dos anos, e tendo em vista a sua incapacidade para recuperar os níveis de produção alcançados em 1973 nas acti-

vidades não-petrolíferas, o Governo angolano foi pedindo maior empenhamento na produção petrolífera, concedendo novas licenças a operadores<sup>17</sup>. É neste contexto que é publicada a Lei n.º 5/79 (Lei das Minas) e a Lei n.º 13/78 (Lei das Actividades Petrolíferas), e onde fica definido que todos os recursos minerais são propriedade exclusiva do Estado angolano. Estas leis surgem após a criação da empresa estatal do sector dos petróleos, a Sonangol, surgida em 1976<sup>18</sup>, e é anterior à criação, em 1981, da Endiama, empresa estatal para a área dos diamantes, incorporando aquela que era a Diamang. E a importância dos recursos naturais na sobrevivência do sistema era tal que, em 1980, já se afirmava que as relações internacionais entre Angola e os países capitalistas se deviam

COM O PASSAR DOS ANOS, E TENDO EM VISTA  
A SUA INCAPACIDADE PARA RECUPERAR  
OS NÍVEIS DE PRODUÇÃO ALCANÇADOS EM 1973  
NAS ACTIVIDADES NÃO-PETROLÍFERAS, O GOVERNO  
ANGOLANO FOI PEDINDO MAIOR EMPENHAMENTO  
NA PRODUÇÃO PETROLÍFERA.

«ampliar e aprofundar quando daí resultem vantagens para Angola, designadamente [...] vantagens comparativas relevantes e advenientes da divisão internacional do trabalho»<sup>19</sup>. Mas a que divisão internacional do trabalho se poderia estar a referir se não à tão criticada tradicional função de Angola enquanto exportador de recursos naturais? Que melhor exemplo de *realeconomie* podia ser apresentada já em 1980? Este realismo é claramente reiterado alguns anos mais tarde, no II Congresso do MPLA/PT, em 1985, quando, a propósito da necessidade de se redefinirem os contratos entre Angola e as «empresas capitalistas» se afirma: «temos de equacionar os problemas de fundo que se põem nestas relações, nomeadamente sobre o papel do investimento estrangeiro noutras áreas além do petróleo...»<sup>20</sup>, isto é, o petróleo é uma coisa, as restantes actividades outra bem diferente.

Com a deterioração da situação económica e militar interna, conjugada com a queda do preço do petróleo e dos diamantes no mercado mundial, compreende-se perfeitamente algumas medidas tomadas em 1982 e que levaram à criação das «empresas prioritárias» onde a Sonangol e a Diamang se destacavam. Mas como a má situação económica interna se manteve, continuou a reconhecer-se que «a curto e médio prazo, são os investimentos (no sector petrolífero) com maior rentabilidade assegurada, o que é essencial para manter a solvabilidade do país e financiar o desenvolvimento da economia nacional»<sup>21</sup>. O que levava o MPLA a «antever que no próximo quinquénio (1985-90) o sector petrolífero continuará a ser a mais importante fonte de receitas»<sup>22</sup>. E actuou-se em conformidade. As perspectivas para o quinquénio seguinte, isto é, de 1991 a 1995, levam o III Congresso do MPLA/PT a deliberar que se deveria «promover e intensificar a exploração de outros recursos minerais como complemento à exportação do petróleo bruto com vista à estabilização da nossa balança de pagamentos»<sup>23</sup>.

Em termos práticos, a importância crescente dos recursos naturais na captação de divisas e na contribuição para o Orçamento de Estado foi evidente. O peso do petróleo nas exportações totais angolanas que era já de 74 por cento em 1980, passou para os 85 por cento em 1985 e os 93 por cento em 1990, contra 12 por cento, três por cento e seis por cento dos diamantes<sup>24</sup>. O que significa que estes dois recursos naturais contavam para quase 100 por cento das vendas do país ao estrangeiro. O mesmo se diga quanto às receitas do Orçamento de Estado provenientes da actividade petrolífera: 61 por cento em 1981, 56 por cento em 1987 e 63 por cento em 1990<sup>25</sup>. A ironia, mais do que o paradoxo, associada à guerra civil em Angola neste período é que o pragmatismo e o realismo dos interesses económicos comuns ao Governo e às empresas estrangeiras prevaleceu, o que permitiu que estas financiassem o primeiro quando este se autoproclamava anti-imperialista e anticapitalista.

### **O DESLUMBRAMENTO DOS RECURSOS NATURAIS (1992-2005)**

O fim do período da Guerra Fria teve implicações substanciais em Angola, levando ao desmantelamento do sistema económico socialista e do sistema político monoparti-

dário. O novo contexto constitui uma ruptura com o período anterior e disso será prova o modo como o Governo passou a utilizar pró-activamente as suas reservas de recursos naturais, como poder e afirmação nas suas relações internacionais e regionais. Com o recomeço da guerra civil no final de 1992, a importância do petróleo e dos diamantes cresceu, vindo a reforçar-se significativamente enquanto instrumento de política externa de Angola. É assim que, em 1994, o Governo reafirma o carácter estratégico do petróleo<sup>26</sup> e que, em 1997, se congratula com o facto de que «raros são os países que apresentam pers-

COM O RECOMEÇO DA GUERRA CIVIL  
NO FINAL DE 1992, A IMPORTÂNCIA DO PETRÓLEO  
E DOS DIAMANTES CRESCERAM, VINDO  
A REFORÇAR-SE SIGNIFICATIVAMENTE ENQUANTO  
INSTRUMENTO DE POLÍTICA EXTERNA DE ANGOLA.

pectivas tão favoráveis para a implantação de uma indústria mineira florescente [...] com uma exploração rentável e de fácil colocação nos mercados»<sup>27</sup>. No ano seguinte, é lapidarmente reconhecido no documento do OGE que «a economia nacional sobrevive fortemente dos rendimentos provenientes do petróleo»<sup>28</sup>. A reiteração anual do papel primordial dos recursos naturais, particularmente o petróleo, manteve-se até hoje, e foi sendo acompanhada de um apelo ao investimento estrangeiro no sector não-petrolífero<sup>29</sup>. O tempo encarregou-se de demonstrar o apetite do investimento estrangeiro pelo sector diamantífero, mas tal não aconteceu de forma significativa fora do sector dos recursos naturais<sup>30</sup>.

Em termos económicos, o contributo dos dois recursos naturais manteve-se decisivo para o país: em 1992, 1996, 2000 e 2003 o petróleo contribuiu, respectivamente, para 93 por cento, 91 por cento, 89 por cento e 91 por cento das exportações totais, enquanto que os diamantes, para aqueles mesmos anos, alcançaram seis por cento, cinco por cento, 10 por cento e oito por cento, sendo que os valores de 2003 se repetiram em 2004, o equivalente a cerca de 800 milhões de dólares<sup>31</sup>. Em conjunto, estes dois recursos naturais valeram 98 por cento, 96 por cento, 99 por cento e 99 por cento das vendas do país ao exterior. No que se refere às receitas orçamentais, e novamente para aqueles quatro anos, a actividade petrolífera contribuiu, respectivamente, para 75 por cento, 89 por cento, 89 por cento e 75 por cento do OGE, o que equivaleu, em 2000, a 45 por cento do PIB e, em 2003, a 28 por cento. Relativamente ao peso do sector petrolífero no PIB, ele cifrou-se em 60 por cento e 48 por cento nos anos de 2000 e 2003<sup>32</sup>.

## **O BID INTERNACIONAL**

A abertura a novos operadores na exploração petrolífera, que já vinha da década de 80, foi neste período estimulada e representou o verdadeiro espelho do modo como os recursos naturais podem ser uma importante arma político-diplomática e económica assente na sua importância estratégica. A miríade de empresas petrolíferas, operadoras ou não, que participam na exploração dos vários blocos petrolíferos existentes em Angola vai desde a norte-americana ChevronTexaco, a mais importante,

e a francesa TotalFinaElf (em conjunto responsáveis por 85 por cento da produção em 1999, projectando atingir os 93 por cento em 2003), até à angolana Sonangol, ExxonMobil, Agip, BHP, Shell, BP-Amoco, Esso, Nordsk Hydro, Petrobas, Statoil, Marathon, SHF, CNR, Ocean, Ranger Oil, Petrogal, etc., e, muito recentemente, a CNOOC da China. Tudo indica que, a breve trecho, a indiana ONGC surja também neste tabuleiro.

O interesse pelo petróleo angolano tem sido ampliado pela confirmação de enormes reservas nas «águas ultraprofundas». As preocupações de segurança quanto ao fornecimento de petróleo fizeram, entretanto, com que os EUA e outros países industrializados alterassem algumas das suas orientações geoestratégicas neste campo. É neste contexto que deve ser enquadrado o caso de Angola. E como se a nova realidade não fosse já suficientemente animadora, junta-se agora a pressão das necessidades energéticas da China e da Índia, os dois novos colossos industriais emergentes.

Em resultado disto, assistiu-se à passagem da produção de 417 mil barris/dia em 1989 para 511 mil em 1992, 681 mil em 1996, 701 em 2000 e 827 mil em 2003<sup>33</sup>, estimando-se que em 2008 se possam atingir os dois milhões de barris/dia contra os actuais 1,1

milhões de barris<sup>34</sup>. Cabinda continua a ser a principal fonte de produção com cerca de 62 por cento do total em 2003 contra 65 por cento em 1999.

No que respeita à produção de diamantes, assistiu-se igualmente a uma abertura a

NO QUE RESPEITA À PRODUÇÃO DE DIAMANTES, ASSISTIU-SE IGUALMENTE A UMA ABERTURA A NOVAS EMPRESAS COM A CONCESSÃO DE NOVOS CONTRATOS.

novas empresas com a concessão de novos contratos. Já em 1995 se apontava como um dos objectivos para o sector «a reestruturação da Endiama, a diversificação de operadores mineiros na base de investimento de risco e o lançamento de projectos geológico-mineiros»<sup>35</sup>.

É assim que foi criada uma subsidiária da Endiama, a Sodiam, com o direito ao monopólio na compra interna dos diamantes, actualmente com escritórios em Telavive, desde Julho de 2004, e em Antuérpia, desde Novembro de 2004, aguardando-se a abertura no Dubai e em Nova Iorque<sup>36</sup>. Depois da Sodiam, em 2000 foi criada a Ascorp como subsidiária daquela para concentrar o canal de vendas no mercado internacional, juntando o grupo Lev Leviev (o maior produtor mundial de diamantes lapidados)<sup>37</sup> e outras pequenas empresas angolanas e estrangeiras. Contudo, em Julho de 2003 o seu monopólio foi rescindido, permitindo à Sodiam estabelecer *joint-ventures* com outras empresas, de que se destaca o acordo com a norte-americana LKI em Abril de 2004<sup>38</sup>. Em termos de operadores, em Julho de 2004 havia 264 empresas nacionais e 34 empresas estrangeiras operando em 90 concessões, com apenas oito delas envolvendo kimberlitos. Em todas as concessões está presente a Endiama<sup>39</sup>. Das principais empresas destacam-se no kimberlito mais importante que é o da Catoca (reservas estimadas de 60 milhões de carats), ao lado da Endiama com 32,8 por cento, o monopó-

lio russo Alrosa com 32,8 por cento (e que controla 25 por cento do mercado mundial), a Daumonty de Lev Leviev (Israel) com 18 por cento e a Oderbrecht (Brasil) com 16,4 por cento. Muito recentemente, a maior empresa de mineração diamantífera do mundo, a BHP Billiton, fez uma aliança estratégica com a Petra Diamonds e em Maio de 2005 foi autorizada de novo a entrada em cena da De Beers. Aparecem ainda na longa lista empresas de Portugal (SPE e Escom Mining), Bermudas, África do Sul, Chipre, Canadá, EUA, Holanda, etc.

O resultado final de toda esta movimentação no sector dos diamantes traduziu-se numa subida muito assinalável da produção. Esta, que tinha atingido os 744 mil carats em 1985, um milhão em 1988 e 1,3 milhões em 1991, caindo para os 628 mil carats em 1995 em consequência do recomeço da guerra civil e da ocupação de importantes zonas de exploração por parte da UNITA, saltou para 1,2 milhões de carats em 1997, 3,8 milhões em 1999, 5,1 milhões em 2001 e 6 milhões de carats em 2003<sup>40</sup>.

Recentemente, em 2005, começa a assistir-se a uma movimentação em direcção a outros recursos naturais, sendo que o Governo angolano tem recebido propostas de investidores estrangeiros e nacionais interessados em aceder aos depósitos de ferro, cobre e manganês existentes no país<sup>41</sup> ou ainda ao ouro, níquel e outros minerais<sup>42</sup>.

## **REALPOLITIK E REALECONOMIE DOS RECURSOS NATURAIS: O PODER DA POLÍTICA EXTERNA ANGOLANA**

### VELHOS INIMIGOS, NOVOS AMIGOS

Desde cedo as autoridades angolanas compreenderam a importância estratégica que assumia o petróleo no plano interno, económico e militar. No contexto internacional e regional demasiado crispado dos anos 70 e 80, o mais que o Governo angolano conseguiu fazer foi tentar esbater a extrema dependência dos operadores norte-americanos, o que explica a entrada em força da então Elf Aquitaine. Os limites da utilização do petróleo como arma política de pressão junto dos EUA, em particular, eram claros. Não havia ilusão quanto à sua cessação de apoio directo ou indirecto à UNITA.

Mas durante estes trinta anos de independência do país, o pragmatismo da *realeconomie* e *realpolitik* do Governo angolano quanto aos recursos naturais manifestou-se a vários níveis. Em primeiro lugar, pela não nacionalização do capital das empresas petrolíferas norte-americanas e outras que já se encontravam em Angola na altura da independência do país, o mesmo podendo ser dito no que concerne ao capital sul-africano envolvido na exploração diamantífera, afinal os principais países que suportavam a UNITA.

Em segundo lugar, pela não entrega desses sectores a empresas do então bloco socialista. Em terceiro lugar, pela utilização do petróleo para tentar diminuir a dependência face aos EUA. As concessões que foram sendo feitas à então Elf Aquitaine teceram cumplicidades tais em França que, nos anos 90, acabaram por criar dois imbróglis: primeiro, o caso Elf envolvendo diversas individualidades francesas acusadas de tráfico de influências e recepção de dinheiro ligado à actividade daquela empresa em Angola e, depois,

o caso mais paradigmático, o chamado «Angolagate»<sup>43</sup>, que remonta a 1993-1995, quando o Governo angolano necessitava de adquirir armamento. Mais tarde, este último episódio acabou por despoletar uma crise entre os dois países, obrigando Luanda a utilizar o trunfo petróleo. Depois de o Presidente angolano ter admoestado publicamente o Governo francês, chamou o seu embaixador em Paris em Fevereiro de 2004 e não aceitou as credenciais que nesse mesmo mês o novo representante diplomático francês em Angola pretendia entregar, o que só veio a ocorrer seis meses depois. Surgiram então as ameaças da não renovação das licenças de exploração dos Blocos 3 e 17 operados pela TotalFinaElf, aventando-se a possibilidade de estas poderem vir a ser entregues à Exxon-Mobil. Após algumas garantias dadas pelo Governo francês, ambos os embaixadores tomaram os seus postos em Setembro de 2004 e a TotalFinaElf recebeu autorização da Sonangol para continuar no Bloco 17<sup>44</sup> sendo-lhe comunicada, a 20 de Outubro, a decisão do Governo angolano de não renovar a concessão do Bloco 3/80, embora isso não afectasse os direitos da companhia nos Blocos 3/85 e 3/91<sup>45</sup>. E a saga continua.

Em quarto lugar, para lhe conferir maior autonomia e poder discricionário na autorização do acesso aos seus recursos naturais, pela admissão de novos operadores no sector petrolífero, com particular destaque para o actual acordo com a CNOOC chinesa, ou outros pequenos *players* sobre os quais a Sonangol e o Estado angolano podem exercer uma maior pressão. Também no sector diamantífero a política de abertura do mercado de concessões tem vindo a ser aplicada, destacando-se as movimentações que quebram o poder da De Beers, guinando-se Angola para duas empresas mundiais, a Alrosa da Rússia e o grupo Lev Leviev de Israel, entre outras já atrás referidas.

Em quinto lugar, como arma para obter ganhos político-diplomáticos e económicos, pelo apelo a um comportamento recíproco. No caso da vertente económica, as negociações com Portugal, por exemplo, relativas à participação da Galp no Bloco 34, colocaram, mesmo que indirectamente, no prato da balança a obtenção de condições favoráveis para a renegociação da dívida externa de Angola a Portugal. O negócio acabou por não se concretizar, pesem embora as pressões políticas portuguesas, o que originou dois *flops* económico-diplomáticos com a ida do primeiro-ministro António Guterres a Angola, em Outubro de 1997, e do ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, com o presidente da Galp Energia, em Dezembro de 2000. No caso da vertente político-diplomática, com implicações no campo militar, um dos exemplos foi dado em 1999 com a adjudicação do Bloco 33 à norte-americana Esso, o Bloco 31 à inglesa BP e o Bloco 32 à francesa Elf, numa altura em que os bónus das licenças desempenhavam um importante papel de curto-prazo para o esforço financeiro de guerra. Um outro caso é o que se refere à renovação em 2004 da concessão do Bloco 0 (responsável por 400 mil barris/dia, o que faz dele o mais importante em Angola) por mais vinte anos à ChevronTexaco, depois de anos de negociações arrastadas, e com o contrato a expirar em 2010<sup>46</sup>. Por coincidência, o Presidente angolano foi recebido por George W. Bush antes da celebração do acordo.

E como solidariedade com solidariedade se paga, seja política ou económica, Angola tornou-se, em Maio de 2005, o 100.º país a celebrar um acordo que isenta os cidadãos norte-americanos de eventuais processos perante o Tribunal Penal Internacional<sup>47</sup>.

Mas o papel do petróleo na política externa de Angola tem extravasado o espaço nacional. O interesse de empresas petrolíferas estrangeiras em se associarem à Sonangol tem

sido crescente. A título de exemplo refira-

-se a participação de 540 milhões de dólares,

por parte da Sonangol, na construção do

terminal de recepção de Gás Natural

Liquefeito (GNL) em Pascagoula, Missis-

sipi, nos EUA, no que é considerado um

«investimento estratégico no ‘down-

stream’ em projectos que complementem os recursos angolanos de hidrocarbonetos»<sup>48</sup>,

e que apareceu imediatamente a seguir à adjudicação da construção do terminal de expor-

tação do Soyo de GNL, onde a ChevronTexaco participa com 36,4 por cento, admitindo-

-se que dali os EUA poderão importar gás de Angola<sup>49</sup>. Um segundo caso diz respeito à

nova parceria Angola-China, e que ficou evidente com a intenção da subsidiária da

Sonangol, a China Sonangol International Holding investir mais de cinco biliões de

dólares nos próximos cinco anos na Argentina, depois de assinar uma carta de intenções

com a Enarsa Argentina<sup>50</sup>. O aspecto mais estranho desta operação reside no facto de o

seu acordo e valor estarem incluídos num protocolo assinado pelo Presidente chinês

aquando da sua visita à Argentina uma semana antes, no valor de 19,7 biliões dólares<sup>51</sup>.

No sector diamantífero, a despeito das nacionalizações efectuadas, o realismo das auto-

ridades angolanas não as levou a pôr em causa o papel da Diamond Corporation, uma

subsidiária da sul-africana De Beers, que continuou a comercializar em exclusivo a pro-

dução angolana através da toda-poderosa CSO (Central Selling Organisation) até 1985.

E o facto de a África do Sul, então fazendo incursões militares directas em território

angolano ou apoiando activamente a UNITA, ser assumidamente um «inimigo», não

impediu a manutenção quer do contrato com a CSO quer o estabelecimento, nos anos

80, de um acordo com a MATS, empresa indirectamente controlada pela De Beers, para

melhorar a situação nas minas. Mas com o fim da guerra civil em 1991 e do apoio da

África do Sul à UNITA, as autoridades angolanas abriram o mercado diamantífero a

novos parceiros, o que constituiu um duplo desafio à De Beers e à África do Sul. E depois

de Angola ter assegurado o concurso dos maiores *players* mundiais como são a Alrosa da

Rússia, a BHP Hilliton, a norte-americana LKI ou a israelita Daumonty de Lev Leviev, isto

é, de ter conseguido uma diversificação estratégica de parceiros, pôde condescendente-

mente voltar-se de novo para a De Beers, tendo-a autorizado a regressar em associação

com a Endiama em Maio de 2005<sup>52</sup> ou, anos antes, em 2002, tendo permitido que uma

empresa portuguesa, a Escom Minig, subsidiária da Escom do Banco Espírito Santo,

entrasse com sócios angolanos no Projecto Chimbongo adquirindo 45 por cento da con-

O PAPEL DO PETRÓLEO NA POLÍTICA EXTERNA  
DE ANGOLA TEM EXTRAVASADO O ESPAÇO  
NACIONAL. O INTERESSE DE EMPRESAS  
PETROLÍFERAS ESTRANGEIRAS EM SE ASSOCIAREM  
À SONANGOL TEM SIDO CRESCENTE.

cessão para a exploração e produção dos kimberlitos do Camatchia e Camagico do Projecto Luó, um dos cinco maiores pólos de mineração de diamantes do mundo. E a De Beers, para melhor se posicionar nos meandros político-negociais angolanos, prepara-se para nomear o general Ndalú, que foi embaixador de Angola nos EUA e é influente membro do bureau político do MPLA, como presidente da De Beers Angola<sup>53</sup>. É agora a vez de o parceiro mostrar que sabe actuar também no campo da *realpolitik* ao serviço da *realeconomie*, aliás à semelhança do que ocorrera anos antes com a nomeação de José Patrício, ex-embaixador de Angola em Portugal e nos EUA, para presidente da BP Angola.

### **NOVOS CONTORNOS DA REALECONOMIE E DA REALPOLITIK**

Uma das mais interessantes manifestações de exercício do poder político-diplomático e económico actual de Angola diz respeito à teia de relações que se cimentam com a China e que se preparam com a Índia. Estes dois novos parceiros, particularmente a China, são fruto de várias circunstâncias que se conjugaram a favor de Angola. Por um lado, acabada a guerra civil, a força negocial inerente aos seus recursos naturais agigantaram-no, retirada que está a condicionante interna. Por outro, ocorre num momento de acrescida concorrência no mercado mundial de recursos naturais, a começar pelo petróleo. Em terceiro lugar, coincide com a extrema necessidade de, tanto a China como a Índia, terem de garantir acesso a fontes energéticas e outros recursos naturais, com evidente destaque para a China. Finalmente, o impasse em que continua tanto o acordo com o FMI como a realização da Conferência Internacional de Doadores, que permitiriam aliviar a dívida externa angolana e assegurar a entrada de avultadas somas de financiamento externo. Tudo isto num quadro em que, mantendo-se o princípio orientador da elite dirigente angolana – o comportamento «rentista» –, nada é mais seguro do que a exploração intensa dos recursos naturais do país.

A aproximação à China é também um sinal dos tempos. Outrora quase erigida a inimigo público número um (a par dos EUA), devido ao seu apoio ao antigo Zaire e à UNITA e

FNLA, a China é hoje um dos parceiros estratégicos do Governo de Luanda. O financiamento que Pequim concedeu a Angola no valor de dois biliões de dólares, em Março de 2004, é garantido contra petróleo (10 mil barris/dia)<sup>54</sup>. E uma das

OUTRORA QUASE ERIGIDA A INIMIGO PÚBLICO  
NÚMERO UM (A PAR DOS EUA), A CHINA É HOJE  
UM DOS PARCEIROS ESTRATÉGICOS  
DO GOVERNO DE LUANDA.

contrapartidas imediatas foi a atribuição da quota da Shell de 50 por cento no Bloco 18 à CNPC da China, rompendo a Sonangol um compromisso para com a empresa indiana ONGC, indiferente às pressões diplomáticas da Índia<sup>55</sup>, a qual, com toda a certeza, será reparada desta afronta. Esta contrapartida é o primeiro passo de outros que certamente se seguirão, uns do domínio público, outros ainda em fase de negociação. A Comissão Permanente do Conselho de Ministros autorizou, a 6 de Abril de 2005, que a Endiama participe na constituição de uma sociedade com sede em Hong Kong, denominada Endiama

China International Holding Ltd. com o objectivo de prospecção, pesquisa, produção e comercialização de diamantes, para além de lapidação<sup>56</sup>. Anteriormente, em 2004, já havia sido dada autorização à China National Electric Equipment Corporation para fazer os estudos para exploração da mina de cobre de Mavoio Tetelo e Bembe, no Uíge<sup>57</sup>. Finalmente o caso de Israel, em tempos também ele estigmatizado pelo seu alinhamento com o «imperialismo norte-americano». A ligação da Endiama ao grupo de Lev Leviev, o maior produtor do mundo de diamantes lapidados, que integrou a Ascorp em 2000, tem, por um lado, contornos evidentes de *realpolitik*, ao compensar Israel pelo apoio dado ao Governo angolano nos últimos anos da guerra civil, sobretudo ao nível do sistema de contra-inteligência, informações e telecomunicações e, por outro, de *realeconomie*, ao contribuir para enfraquecer o poder negocial da De Beers.

### UMA CARTA FORA DO BARALHO: O FMI

As relações formais com o FMI e o Banco Mundial vêm de 1989, altura em que Angola foi admitida como país-membro depois de ter vista recusada essa pretensão em 1987 e 1988<sup>58</sup>. Poder-se-ia pensar que o adiamento na entrada no FMI e BM foi um fracasso da política externa angolana e uma prova de que os recursos naturais e os interesses das empresas norte-americanas e francesas não foram suficientes para permitir a entrada de Angola naquelas instituições. Nada indica que se possa concluir isso. Formalmente terá sido um fracasso. Mas se enquadrarmos isso na época, a questão política, mais do que a económica, desempenhava então um papel primordial. Daí a oposição à sua adesão liderada pelos EUA. O pedido de adesão na altura era largamente explicado pelo sufoco financeiro em que o país vivia. O reescalamento da sua dívida externa era um problema premente. Ontem como hoje continua a sê-lo, embora a margem de manobra do Governo angolano tenha aumentado consideravelmente.

A história das relações entre o Governo angolano e o FMI tem sido, desde então, um *remake* sucessivo de acusações e contra-acusações sem quaisquer resultados práticos em termos da assinatura de um programa de estabilização e ajustamento, *et pour cause*, da renegociação da sua dívida externa no Clube de Paris. E o impasse tem os recursos naturais como elemento central da discórdia, nomeadamente o petróleo. Acusações de desvio de receitas provenientes da sua exportação associam-se a outros de má governação, corrupção, falta de transparência nas contas públicas, ou ainda contracção de empréstimos contra a garantia de... petróleo<sup>59</sup>. Uma vez mais os recursos naturais de que Angola dispõe têm-lhe permitido escapar à pressão do FMI, não cedendo a este. Os elevados recursos financeiros derivados da exploração petrolífera e mais recentemente dos diamantes asseguram-lhe uma elevada margem de manobra. E cada dia que passa é um dia a menos no início da exploração de novos poços, cuja importân-

UMA VEZ MAIS OS RECURSOS NATURAIS  
DE QUE ANGOLA DISPÕE TÊM-LHE PERMITIDO  
ESCAPAR À PRESSÃO DO FMI,  
NÃO CEDENDO A ESTE.

cia facilmente se percebe se se tiver em conta que se estima um acréscimo de 50 por cento nas receitas petrolíferas do Governo entre 2004 e 2006 e de cerca de 100 por cento até 2010<sup>60</sup>. E como o ministro das Finanças afirmou, «eventualmente se forem necessários recursos do FMI, já não serão da magnitude que se estava a pensar, pois uma parte do diferencial de financiamento para reconstruir o país já está a ser conseguido»<sup>61</sup>. É neste contexto de verdadeira arte de *realeconomie* e *realpolitik* que Angola tem saído por cima. Neste sentido estrito. Porque é evidente que se torna praticamente impossível recuperar o país sem a inclusão das instituições «renitentes». Angola joga com os trunfos que tem no mercado internacional – os seus recursos naturais. O empréstimo de dois biliões que recebeu da China em 2004 e, por essa altura, a obtenção de um novo empréstimo de 2,25 biliões de dólares junto do Standard Chartered Bank<sup>62</sup>, que se segue a outros anteriores e todos eles *oil-back loans*, dão uma autonomia ao Governo angolano que faz certamente corar de raiva o FMI. E como se isso não fosse pouco, a importância dos seus recursos naturais tem permitido obter outra vitória sobre aquela instituição: a renegociação da sua dívida externa, nomeadamente com os dois principais credores – a Rússia e Portugal – para além de outros casos como o Brasil ou a Polónia. Mas por que razão não flexibiliza o FMI parte das suas queixas e avança para a assinatura de um acordo? A explicação talvez se encontre na percepção que tem da possibilidade de um *moral hazard* associado a Angola. E Angola parece ter consciência disso<sup>63</sup>. E isto parece ser ainda mais evidente com os países que deveriam apoiar o pacote financeiro da adiada Conferência Internacional de Doadores, prometida com o fim da guerra civil. E à medida que o tempo passa, o êxito da *realeconomie* e *realpolitik* do Governo angolano confere-lhe uma capacidade de «sobrevivência» que se sobrepõe às contrariedades do adiamento do acordo com o FMI e da Conferência de Doadores. O que não significa que ambos não se venham a concretizar, até mesmo a curto-prazo. No entanto, e até lá, isso tem levado a uma subida de tom das autoridades angolanas, como tem sido patente em várias intervenções do ministro das Finanças e como foi o caso do agastamento manifestado pelo Presidente angolano na reunião do comité central do MPLA, em Fevereiro de 2005, ao afirmar que o país «não deve ficar de mãos atadas», pelo que se deve «fazer um maior aproveitamento da cooperação bilateral e do investimento nacional e estrangeiro»<sup>64</sup>.

### **POTÊNCIA REGIONAL OU UMA VOZ EM ÁFRICA**

No plano regional africano, o petróleo tem permitido a Angola somar importantes dividendos, mais de natureza política do que económica.

Institucionalmente, o caso mais evidente vem de 1980 com a criação da SADCC (Southern African Development Conference) quando Angola ficou responsável pelo pelouro da energia, o que lhe deu um protagonismo institucional nos *fora* africanos e internacionais. Pelo facto de ser o único produtor na agora SADC (Southern African Development Community), isso confere-lhe um estatuto especial óbvio, mesmo que a sua exportação para os países da SADC não tenha qualquer relevância para Angola. O estabelecimento de um

acordo entre a Sonangol e a República Democrática do Congo, após a queda de Mobutu, e o interesse recentemente manifestado pelo Zimbabué em seguir um caminho semelhante, são bem elucidativas do poder regional de que Angola dispõe graças ao petróleo<sup>65</sup>. Mas onde Angola sempre teve e tem uma presença activa é em São Tomé e Príncipe, abastecida pela Sonangol através da ENCO

e onde a Sonangol detém 50 por cento, para além de ter sido beneficiária de vários empréstimos que Angola foi fazendo, o que significa uma influência política e económica incontornável<sup>66</sup>. E agora que São

NO PLANO REGIONAL AFRICANO, O PETRÓLEO  
TEM PERMITIDO A ANGOLA SOMAR IMPORTANTES  
DIVIDENDOS, MAIS DE NATUREZA POLÍTICA  
DO QUE ECONÓMICA.

Tomé se prepara para poder vir a ser também ele um produtor de petróleo, os dois governos assinaram, a 9 de Outubro de 2003, um Protocolo de Acordo que faz de Angola um «conselheiro» das autoridades santomenses na gestão dos benefícios que resultarão da exploração<sup>67</sup>. Será curioso analisar como Angola e a Sonangol conduzirão as suas relações com aquele país, agora sujeito a pressões internacionais e regionais (Nigéria) como nunca antes tinha acontecido, sendo que nos blocos já postos a leilão aparecem empresas nigerianas mas não a estatal angolana. Mas como é avisado jogar-se em todos os tabuleiros, a Sonangol prepara-se para fazer uma parceria com a sua congénere Nigerian National Petroleum Corporation, na sequência de uma reunião havida em Luanda em Setembro de 2004<sup>68</sup>. Com Cabo Verde também Angola tem mantido uma relação interessada no domínio dos combustíveis, estando ali presente em associação com a Galp portuguesa. Não é de estranhar, assim, que nas relações com os países africanos lusófonos Angola se sinta no direito de ser tratada a um outro nível e saiba exercer esse ascendente, tanto no plano económico como no plano político-diplomático. Não é por acaso que se noticia nas alturas dos períodos eleitorais daqueles países que Angola financia as campanhas dos «partidos irmãos», o que é praticamente uma certeza. Finalmente, num outro contexto regional, lusófono mas não africano, a Sonangol já manifestou disponibilidade junto do governo de Timor Lorosae para cooperar no domínio dos petróleos com a empresa nacional timorense.

## CONCLUSÕES

Este artigo pretendeu mostrar qual o papel dos recursos naturais na política externa de Angola, utilizando essencialmente os exemplos do petróleo e dos diamantes. Tudo parece indicar que é claro desejo das autoridades angolanas insistirem num modelo de extracção intensiva de recursos naturais, embora numa lógica de diversificação. Mas enquanto isso não acontece, o Governo angolano vai fazendo uso das potencialidades existentes nos blocos petrolíferos e nas minas de diamantes para, de forma cirúrgica, atribuir licenças a esta ou àquela empresa, isto é, a este ou àquele país. O realismo pragmático do período socialista traduziu-se numa «eficiência limitada» na utilização dos recursos naturais na sua política externa. Após 1992, o Governo angolano tornou-se

pró-activo no uso dos seus recursos naturais enquanto instrumento privilegiado na sua política externa. A contratação de novas empresas para actuarem nos petróleos ou nos diamantes é disso um exemplo óbvio, realçando-se a aproximação a Israel e à Rússia nos diamantes, ou o recomeço das operações da poderosa sul-africana De Beers, a par da diversificação de operadoras no sector petrolífero. A relação estreita e recente com a China é outro exemplo de sucesso da política externa angolana assente nos seus recursos naturais e mais um trunfo na complicada relação com o FMI. E as suas opções estratégicas parecem ser perfeitamente claras: de um lado, a única superpotência do momento, os EUA, e, do outro, a potência emergente, a China. Que melhor exemplo de *realeconomie* e *realpolitik* poderia dar o Governo angolano ao converter os seus piores inimigos do período pós-independência nos seus dois actuais maiores amigos?

Ironia da história, esta abertura à China permite estabelecer um paralelismo com o que ocorreu com o bloco soviético no seu «período socialista». Diversos dirigentes angolanos explicam a opção socialista do país e os parceiros privilegiados de então como tendo sido a única saída possível, já que o Ocidente lhes virara as costas na altura. Actualmente, perante a recusa do FMI em fazer o acordo com Angola e o impasse que rodeia a Conferência Internacional de Doadores, Luanda alega que não lhe resta outra opção senão a de... contar com o apoio da China. Assim sendo, o Governo angolano volta-se para um país que, ao contrário do *moral hazard* sentido pela comunidade internacional (e por várias multinacionais do Ocidente), prossegue muito pragmaticamente uma política de *no moral harassment*, pouco ou nada incomodada com questões de boa governação, transparência, direitos humanos, etc.<sup>69</sup>

Em face do que foi argumentado neste artigo, parece lícito concluir-se que o poder negocial de Angola através da sua política externa nos trinta anos de independência do país, baseado numa doseada *realpolitik* e *realeconomie* dos recursos naturais, teve mais sucesso do que fracasso. E como tudo indica que o caminho futuro do país passe pelo aprofundamento da via dos recursos naturais, o que vai de encontro às aspirações «rentistas» da elite dirigente não-desenvolvimentista<sup>70</sup>, é de esperar que, a seguir ao petróleo e aos diamantes, o ferro, o manganês, o cobre, o ouro, os fosfatos, o níquel, etc., marquem também o modelo dos recursos naturais em Angola nos próximos anos<sup>71</sup>. Os sinais que se vão descortinando, alguns deles apresentados neste artigo, ajudam claramente a perceber a visão económica que o Presidente angolano tem para o país: «[...] o problema da pobreza e da exclusão social vai ser equacionado numa estratégia sustentável de longo prazo baseado no crescimento económico e na utilização intensiva de mão-de-obra tendo como factor produtivo importante o trabalho não especializado»<sup>72</sup>. Que outro sector que não o dos recursos naturais e matérias-primas pode empregar milhares de trabalhadores com aquelas características? A actual estratégia económica assente nos recursos naturais já vem sendo pensada e praticada há bastante tempo. Agora que a guerra civil acabou e o acesso às regiões onde se localizam os depósitos de minérios está franqueado, é hora de a aplicar afinadamente. As empresas estrangeiras rejubilam. O povo angolano nem tanto.

- 1 Ver o clássico Ranis (1981).
- 2 Ver, entre outros, Tvedten (1997), Ferreira (1999), Le Billon (2001), Hodges (2002) ou Ferreira (2003).
- 3 Ver Coelho (1994) ou Ferreira (1999).
- 4 Sobre a *nomenclatura* petrolífera ver Ferreira (1995), Le Billon (2001), Hodges (2002).
- 5 Poder-se-á traduzir o termo *greed* por «ganância». Ver, entre outros, Collier (1999), Cilliers e Dietrich (2000), Le Billon (2001), Ferreira (2001), Shaw (2003), Addison, Le Billon and Murshed (2003) ou Collier (2004). Ver igualmente, em obra de síntese, Humphreys (2002).
- 6 Lei n.º 3/76 de 3 de Março, *Diário da República*, n.º 52, I Série, 3 de Março de 1976. A este propósito ver MPLA/PT (1978).
- 7 Ver Ferreira (2002). Alguns exemplos deste tipo medidas podem ser encontrados na NOCAL (cerveja), que não tocou no capital pertencente ao Grupo Heinaeken Ibecor (Lei n.º 9/76 de 1 de Maio); na ÁFRICA TÊXTIL (têxtil), que não tocou no capital da Creusot-Loire Enterprises (Decreto n.º 29/77 de 4 de Março); na Fábrica de Condutores Eléctricos Diogo d'Ávila, material eléctrico, que não confiscou o capital da Trefimetaux Société de Transformation des Metaux [Decreto n.º 94/77 de 20 de Dezembro].
- 8 Coelho (1992), notas pé de página 35 e 36 do capítulo 4, destaca igualmente este aspecto, acrescentando ainda, entre outros, o caso da DIAMANG (diamantes), através do Decreto n.º 61/77 de 30/8/77, *Diário da República* n.º 205, nacionalizando os 60 por cento do capital social português (do Estado português e dos pequenos accionistas) mas não nacionalizando o capital não-português.
- 9 Caso da ANGOL – Sociedade Portuguesa de Exploração de Petróleos, SARL (*Diário da República* n.º 63 de 17/3/77).
- 10 Ver Dilolwa (1978), p. 266.
- 11 Cf. MPLA/PT (1980), p. 8.
- 12 Cf. MPLA (1976a), p. 2.
- 13 Cf. MPLA/PT (1977), p. 97.
- 14 De acordo com a Resolução Geral sobre a Política Económica do Plenário do Comité Central, do ponto de vista tático «para além do petróleo, definir como sectores de arranque da economia a curto prazo (...), e a médio prazo a indústria mineira» (MPLA, 1976b, p. 2).
- 15 Cf. MPLA (1977), p. 49: «[...] no sector extractivo, dar prioridade aos petróleos, diamantes, ferro. Fosfatos, mica, gás natural,.... [pois] é fundamental para a edificação de uma economia equilibrada e reúne as condições capazes de gerar excedente necessário, através das exportações, à constituição do fundo de acumulação indispensável para o lançamento da indústria pesada no país», tese reafirmada em 1980, no I Congresso Extraordinário, cf. MPLA/PT (1980), p. 67/68 ou no II Congresso, cf. MPLA/PT (1985a).
- 16 Estes rocambolescos episódios encontram-se descritos em Santos (1983), pp. 109-110 que ainda dá o exemplo da suspensão da entrega de dois aviões Boeing.
- 17 Ver, por exemplo, MPLA/PT (1985), p. 113.
- 18 Ver o interessante artigo de Oliveira (2004) sobre o papel da Sonangol.
- 19 Cf. MPLA/PT (1980), p. 182 (itálicos nosos).
- 20 Cf. MPLA/PT (1985), p. 146.
- 21 *Ibidem*, p. 113.
- 22 Cf. MPLA/PT (1985a), p. 42.
- 23 Cf. MPLA/PT (1990a), p. 3.
- 24 Cf. Ferreira (1999), pp. 66 e 112.
- 25 Dados de World Bank (1991), p. 46 e de IMF (1994), p. 16.
- 26 GA (1994), p. 46.
- 27 O mesmo tipo de discurso consta de GA (1997a), p. 149-151.
- 28 GA (1998), p. 11.
- 29 GA (1997a), p. 142.
- 30 Ver IMF (2005), p. 58 ou GA (2002).
- 31 Os dados de 2004 foram retirados de *Jornal de Angola*, «Angola em 2004: exportações chegam aos USD 10,5 biliões», de 26 de Abril de 2005.
- 32 Dados recolhidos em IMF (1994), IMF (2000) e IMF (2005). Para uma análise mais detalhada ver, por exemplo, GW (1999), Le Billon (2001), Hodges (2002).
- 33 Dados recolhidos em IMF (1994), IMF (2000) e IMF (2005).
- 34 Cf. IMF (2005), EIU (2004), p. 23 e *Energy Compass*, «Angola: looking east for friends», de 11 de Fevereiro de 2005.
- 35 GA (1995), p. 3 do Anexo IV. Para uma análise mais recente do sector ver EIU (2004), IMF (2005), pp. 21-31.
- 36 Em Novembro de 2004, o director executivo da Bolsa de Diamantes do Dubai, Tawfic Farah, visitou Angola poucos meses depois do magnata diamantífero mundial, o norte-americano Maurice Templeman, presidente da Lazare Kaplan International, também aí ter estado.
- 37 De acordo com a *ANIP Bulletin*, vol. I, de 8 de Abril de 2005, «Israeli diamond producer Lev Leviev is planning to build a diamond cutting factory in Angola».
- 38 Cf. EIU (2005), p. 25.
- 39 Cf. IMF (2005), p. 24.
- 40 Valores retirados de IMF (1991), IMF (2000) e IMF (2005).
- 41 Cf. *ANIP Bulletin*, vol. 2, n.º 16, «Ministry of Geology and Mines evaluating new investment proposals», de 6 de Maio de 2005.
- 42 Cf. VOA, «Huila explora diamantes em 2006», de 21 de Abril de 2005.
- 43 Para além de tráfico de armas, ainda pesa sobre Falcone a acusação de desvio de parte do reembolso da dívida de Angola para com a Rússia, em 1997, e avaliada em 1,5 biliões de dólares.
- 44 Cf. *Semanário Angolense*, 5 de Setembro de 2004.
- 45 Cf. *International Oil Daily*, «Total to Lose Angolan Block», de 26 de Outubro de 2004 e *Semanário Angolense*, «Sonangol não abre mão das sanções», n.º 85, 30 de Outubro a 6 de Novembro.
- 46 Cf. EIU (2004), p. 20, a empresa vai pagar como bónus de assinatura cerca de 300 milhões de dólares, incluindo 80 milhões para obras de carácter social.
- 47 Cf. VOA, de 5 de Maio de 2005, citando fontes do Departamento de Estado norte-americano.
- 48 Cf. *ANIP Bulletin*, vol. 2, n.º 18, «Sonangol takes equity interest in US LNG project», de 6 de Maio de 2005.
- 49 Cf. *Lloyd's List International*, «ChevronTexaco in Samsung \$384m doubles gas carrier deal», de 4 de Maio de 2005.
- 50 Cf. VOA, «Sonangol entra em negócio de USD 5 biliões na Argentina», de 20 de Novembro de 2004.
- 51 Cf. *The Miami Herald*, «Angola will be part of a Chinese-Argentine oil-exploration deal», de 23 de Novembro de 2004.
- 52 Cf. *LUSA*, «Multinacional sul-africana De Beers volta a explorar diamantes em Angola», de 27 de Maio de 2005. De referir que em 2002 o Governo angolano havia permitido que uma empresa portuguesa, a Escom Mining, subsidiária da Escom do Grupo Espírito Santo, entrasse com sócios angolanos no Projecto Chimbongo, adquirindo 45 por cento da concessão para exploração e produção dos kimberlitos do Camatchia e Camagico do Projecto Luó, um dos cinco maiores pólos de mineração de diamantes a nível mundial. Segundo o EIU (2004), a Escom Mining foi responsável pela produção de cerca de 25 por cento da produção de diamantes em Angola em 2003. A mesma empresa celebrou recentemente um «acordo de parceria estratégica com a BHP Billinton, o maior conglomerado mundial na área da mineração», Cf. *Diário Económico*, «Diamantes

fazem disparar negócios da Escom», de 26 de Maio de 2005 [declarações de Hélder Bataglia, presidente da Escom].

**53** Cf. *Semanário Angolense*, «Ndlu lidera De Beers», de 24 de Abril de 2005.

**54** Cf. *The Economist* (on-line), «China's business links with Africa», de 29 de Novembro de 2004.

**55** Cf. *The Times of India*, «Diplomacy at work to save Angola oil deal», de 20 de Outubro de 2004.

**56** Cf. *Angonotícias*, de 6 de Abril de 2005. A empresa chinesa que se juntará à Endiama é a China International Fund Limited.

**57** Cf. *Angop*, «Criada comissão para estudar projecto de exploração de mina no Uíge», de 5 de Janeiro de 2005.

**58** O processo formal de adesão àquelas instituições, iniciado a 19 de Julho de 1989 com as condições definidas pelo Conselho de Governadores do FMI na sua Resolução n.º 44-2, termina a 18 de Setembro com a promulgação do Decreto n.º 54-A/89 do Conselho de Defesa e Segurança angolano, cf. Ferreira [1999].

**59** Ver CRS [2003].

**60** Cf. IMF [2005], p. 18.

**61** Cf. *LUSA*, «Ministro das Finanças de Angola desvaloriza importância do acordo com o FMI», de 18 de Abril de 2005.

**62** Cf. *IRIN NEWS*, «Angola: Oil-backed loan will finance recovery projects», de 21 de Fevereiro de 2005.

**63** De acordo com *IRIN NEWS*, «Angola: deciding to go it alone», de 18 de Fevereiro de 2005, o presidente angolano afirmou na reunião do comité central do MPLA: «The countries most influential in this community have until today hesitated and placed unjust political and economic conditions on such a conference».

**64** Cf. *LUSA*, «Ministro das Finanças de Angola desvaloriza importância do acordo com o FMI», de 18 de Abril de 2005. Por outro lado, de acordo com João Lourenço, primeiro-vice-presidente da Assembleia Nacional e ex-secretário geral do MPLA, «a comunidade internacional, obedecendo a critérios nem sempre os mais objectivos, vem retardando a realização do conclave», cf. *Angop*, «João Lourenço critica inviabilidade de conferência de doadores», 28 de Abril de 2005

**65** Cf. *Angola Press Agency*, «Zimbabwean Authorities Interested in Oil Cooperation», de 26 de Abril de 2005.

**66** Cf. *Diário Económico*, «Governo de São Tomé confirma negociações com Galp Energia», de 17 de Janeiro de 2005.

**67** Cf. *Notícias Lusófonas*, «Nigéria ultrapassa Angola nas relações petrolíferas com São Tomé», de 14 de Julho de 2004.

**68** Cf. *O Apostolado*, «Parceria com a Nigéria», de 13 de Setembro de 2004.

**69** Cf. *The Economist*, «China's business links with Africa», de 29 de Novembro de 2004, onde se refere o receio que as petrolíferas ocidentais sentem face a um escrutínio mais cerrado das suas ligações a líderes venais de países africanos. As firmas chinesas, nota a revista britânica, não enfrentam esse tipo de receios.

**70** Ver Ferreira [2004]. Acerca das implicações dos recursos naturais sobre o regime político e direitos políticos e civis, ver HRW [2004] para o caso Angola, e de carácter mais genérico aplicado à África, Jensen and Wantchekon [2004].

**71** Para uma aplicação mais genérica sobre o mercado de futuros dos recursos naturais e as guerras civis, ver Ross [2002].

**72** Cf. Santos [2002], Mensagem do Presidente José Eduardo dos Santos à Nação por ocasião da passagem do ano de 2002 para 2003 (itálicos nossos).

## BIBLIOGRAFIA

ADDISON, T., LE BILLON, P. and MURSHED, S., 2003, «Conflict in Africa: the cost of peaceful behaviour», *Journal of African Economics*, vol. 11, n.º 3, pp. 365-386.

CILLIERS, Jakkie and DIETRICH, Christian (eds.), 2000, *Angola's War Economy*, Pretória, Institute for Security Studies.

COELHO, M. Antonieta, 1994, *Rupture and Continuity: The State, Law and the Economy in Angola, 1975-1989*, PhD Thesis, University of Warwick, School of Law.

COLLIER, Paul, 1999, «On the economic consequences of civil war», *Oxford Economic Papers*, vol. 51, Janeiro, pp. 168-183.

COLLIER, Paul and HOEFFLER, Anke, 2004, «Greed and grievance in civil wars», *Oxford Economic Papers*, vol. 54, Outubro, pp. 563-595.

CRS [Catholic Relief Services], 2003, *Bottom of the Barrel: Africa's Oil Boom and Prospects for Poverty Reduction*, Baltimore, CRS.

DILLOLWA, Carlos, 1978, *Contribuição à História Económica de Angola*, Luanda.

EIU [Economist Intelligence Unit], 2004, *Angola: Country Report*, Junho.

FERREIRA, M. Ennes, 1995, «La reconversion économique de la Nomenclature pétrolière», *Politique Africaine*, n. 57, Paris, pp. 11-26.

FERREIRA, M. Ennes, 1999, *A Indústria em Tempo de Guerra: Angola (1975-1991)*, Cosmos e Instituto da Defesa Nacional, Lisboa.

FERREIRA, M. Ennes, 2001, *The Economics of Conflict Resolution in a Two-Sided Grievance and Quasi-Greed Model of Civil War: The Case of Angola*, Paper presented at the Fifth Annual Middlesex Conference on Economics and Security, Middlesex University Business School (UK).

FERREIRA, M. Ennes, 2002, «Nacionalização e confisco do capital português na indústria transformadora de Angola [1975-1990]», *Análise Social*, vol. XXXVII, n.º 162, pp. 47-90.

FERREIRA, M. Ennes, 2003, «Angola: Conflict and Development, 1961-2002», *The Ecaar Review*, vol. 1, n.º 1, pp. 57-70.

FERREIRA, M. Ennes, 2004, *Rent-Seeking, Rent-Extraction and Structural Adjustment in Angola*, Paper presented at the 16<sup>th</sup> Annual SASE Meeting, George Washington University, Washington, D.C., 8-11 de Julho.

GA [Governo de Angola], 1994, *Programa Económico e Social 1994*, Luanda.

GA [Governo de Angola], 1995, *Programa Económico e Social 1995-96*, Luanda.

GA [Governo de Angola], 1997a, *Programa de Estabilização e Recuperação Económica de Médio Prazo 1998-2000*, Luanda.

GA [Governo de Angola], 1998, *Orçamento Geral do Estado*, Luanda.

GA [Governo de Angola], 2002, *Programa do Governo para o Período 2003-2004*, Luanda.

GW [Global Witness], 1998, *A Rough Trade: The Role of Companies and Governments in the Angolan Conflict*, Londres, Global Witness.

GW [Global Witness], 1999, *A Crude Awakening: The Role of the Oil and Banking Industries in Angola's Civil War and the Plunder of State Assets*, Londres, Global Witness.

HODGES, Tony, 2002, *Angola From Afro-Stalinism to Petro-Diamond Capitalism*, Oxford, James Currey and Indiana University Press.

HRW [Human Rights Watch], 2004, *Some Transparency, No Accountability: The Use of Oil Revenue in Angola and Its Impact on Human Rights*, vol. 16, n.º 1 (A).

- HUMPHREYS, Macartan, 2002, *Economics and Violent Conflict*, Harvard, Harvard University
- IMF, 1991, *Angola: Staff Report for the 1991 Article IV Consultation*, Washington, D.C.
- IMF, 1994, *Angola - Statistical Annex, SM/94/197*, July, Washington, D.C.
- IMF, 2000, *Angola: Recent Economic Developments*, IMF Staff Country Report n. 00/111, Washington, D.C.
- IMF, 2005, *Angola: Selected Issues and Statistical Appendix*, IMF Country Report n. 05/125, Washington, D.C.
- JENSEN, Nathan and WANTCHEKON, Leonard, 2004, «Resource Wealth and Political Regimes in Africa», *Comparative Political Studies*, vol. 37, n.º 7, pp. 816-841.
- LE BILLON, Philippe, 2001, «Angola's political economy of war: the role of oil and diamonds (1975-2000)», *African Affairs*, 100, Janeiro, pp. 55-80
- MPLA, 1976a, *Resolução sobre as Fases e a Etapa de Luta e a Linha Política*, Sessão Plenária do Comité Central do MPLA, Luanda.
- MPLA, 1976b, *Resolução sobre a Política Económica*, Sessão Plenária do Comité Central do MPLA, Luanda.
- MPLA/PT, 1977, *Orientações Fundamentais para o Desenvolvimento Económico-Social da R. P. Angola no Período de 1978/80*, Luanda.
- MPLA/PT, 1977b, *Relatório do Comité Central ao I Congresso do MPLA*, Luanda.
- MPLA/PT, 1978, *Confiscos e Nacionalizações na R. P. Angola*, Edição do DEPI/MPLA, Luanda.
- MPLA/PT, 1980, *Orientações Fundamentais para o Desenvolvimento Económico-Social da R. P. Angola no Período de 1981/85*, Luanda
- MPLA/PT, 1985, *Relatório do Comité Central ao II Congresso do MPLA/PT*, ed. MPLA/PT, Luanda.
- MPLA/PT, 1985a, *Tese - Desenvolvimento da Produção Material*, Luanda.
- MPLA/PT, 1990a, *Resolução Geral do III Congresso do Mpla/PT*, Luanda.
- NUNES, A. Figueiredo, 1991, *A Investigação Geológico-Mineira em Angola*, Ed. Instituto para a Cooperação Económica, Lisboa
- OLIVEIRA, Ricardo S., 2004, *National Oil Companies and the Privatized State in the Gulf of Guinea*, texto inédito.
- RANIS, Gustav, 1981, «Challenges and opportunities posed by Asia's superexporters: implications for manufactured exports from Latin America», *The Quarterly Review of Economics and Business*, n.º 21, pp. 204-226.
- ROSS, Michael, 2002, *Booty Futures: Africa's Civil Wars and the Futures Market for Natural Resources*, Los Angeles, UCLA Department of Political Science.
- SANTOS, Daniel dos, 1983, «Cabinda: the politics of oil in Angola's enclave», in Robin Cohen (ed.), *African Islands and Enclaves*, California, Sage Publications.
- SANTOS, José Eduardo dos, 2002, *Mensagem à Nação*, 27 de Dezembro, Luanda.
- SHAW, Timothy, 2003, «Regional dimensions of conflict and peace-building in contemporary Africa», *Journal of International Development*, vol. 15, n.º 4, pp. 487-498.
- TVEDTEN, Inge, 1997, *Angola: Struggle for Peace and Reconstruction*, Boulder, Westview Press.
- WORLD BANK, 1991, *Angola: an Introductory Economic Review*, Washington D.C.